

Alerta Legislação nº 51, de 19 a 24 dez. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 126, DE 21.12.2022

Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Altera a [Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#) (Código Tributário Nacional), e a [Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996](#) (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs [192, de 11 de março de 2022](#), e [159, de 19 de maio de 2017](#). [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), e as Leis nºs [11.770, de 9 de setembro de 2008](#), [13.999, de 18 de maio de 2020](#), e [12.513, de 26 de outubro de 2011](#). [Mensagem de veto](#)

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 17.612, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Subsistema Ferroviário do Estado de São Paulo – SFE/SP, a organização do transporte ferroviário de cargas e de passageiros, o uso da infraestrutura ferroviária e os tipos de outorga para a exploração indireta de ferrovias no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

23/12/2022	<u>DECRETO Nº 11.306, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, quanto às regras sobre requisição de pessoal. <u>DECRETO Nº 11.303, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. <u>DECRETO Nº 11.302, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Concede indulto natalino e dá outras providências.
22/12/2022	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.149, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com vistas a assegurar a sua continuidade, e altera a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.148, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação. <u>DECRETO Nº 11.301, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece as características dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal. <u>DECRETO Nº 11.300, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Regulamenta o § 2º do art. 32 e o § 1º do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de vidro. <u>DECRETO Nº 11.299, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações.
21/12/2022	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.147, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse, e reduz a zero por cento as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros. <u>DECRETO Nº 11.290, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Renova as concessões outorgadas para a execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, sem direito de exclusividade, à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rádio e Televisão Record S.A., no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e à Globo Comunicação e Participações S.A., no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, em Brasília, Distrito Federal, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e no Município

	de Recife, Estado de Pernambuco.
19/12/2022	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.146, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a <u>Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972</u>, quanto ao fator de conversão da retribuição básica. <u>DECRETO Nº 11.288, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2023.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 128, DE 22.12.2022</u> Acrescenta § 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. <u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 127, DE 22.12.2022</u> Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a <u>Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021</u>, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências. <u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 126, DE 21.12.2022</u> Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2022</u> Fixa os subsídios dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado; revoga os Decretos Legislativos nºs 276, de 19 de dezembro de 2014, e 277, de 19 de dezembro de 2014; e dá outras providências. <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 82, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <u>Constituição Federal</u>, com a redação dada pela <u>Emenda Constitucional nº 32, de 2001</u>, a <u>Medida Provisória nº 1.140, de 27 de outubro de 2022</u>, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta

	dias. Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.139, de 27 de outubro de 2022, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2022(*)</u> Aprova os textos dos Protocolos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, adotados por ocasião da 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal, Canadá, em 6 de outubro de 2016. (*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 30/11/2022.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 23 DE JUNHO DE 2022</u> Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.504, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, da Defensoria Pública da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 28.681.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 14.503, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 60.625,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.502, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 39.853.500,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.501, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor das

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, crédito especial no valor de R\$ 26.500.000,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.500, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Companhia de Trens Urbanos de Minas Gerais, crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.499, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, crédito especial no valor de R\$ 6.336.178,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.498, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., da Companhia Docas do Pará, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, crédito suplementar no valor de R\$ 113.353.484,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.497, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia S.A. e da Empresa Gerencial de Projetos Navais, crédito especial no valor de R\$ 20.026.412,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.496, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Infraestrutura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.428.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.495, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., crédito suplementar no valor total de R\$ 25.504.828,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.494, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Economia e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 386.535.009,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.493, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, crédito suplementar no valor de R\$ 136.601.713,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.492, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 4.347.466,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.491, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito especial no valor de R\$ 1.212.148.152,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.490, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.489, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público - Lei Padre Júlio Lancelotti.

LEI Nº 14.488, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, crédito suplementar no valor de R\$ 379.732.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.487, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 5.300.000,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.486, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 58.000.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.485, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Companhia Docas do Ceará, crédito suplementar no valor de R\$ 849.210,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.484, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.483, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, crédito especial no valor de R\$ 827.286,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.482, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 1.333.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.481, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 524.002.223,00, para reforço de dotação constante da Lei

Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.480, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar, no valor de R\$ 11.456.199,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.479, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

LEI Nº 14.478, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais e na regulamentação das prestadoras de serviços de ativos virtuais; altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para prever o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros; e altera a [Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986](#), que define crimes contra o sistema financeiro nacional, e a [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#), que dispõe sobre lavagem de dinheiro, para incluir as prestadoras de serviços de ativos virtuais no rol de suas disposições.

LEI Nº 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), e as Leis nºs [11.770, de 9 de setembro de 2008](#), [13.999, de 18 de maio de 2020](#), e [12.513, de 26 de outubro de 2011](#). [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.456, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Transforma cargos vagos das carreiras de Auxiliar Judiciário e de Técnico Judiciário em cargos vagos da carreira de Analista Judiciário no Quadro Permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e altera a [Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006](#), para exigir curso de ensino superior completo como requisito para a investidura na carreira de Técnico Judiciário do Poder Judiciário da União. [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.440, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar); e altera as Leis nºs [9.478, de 6 de agosto de 1997](#), [9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro), [10.336, de 19 de dezembro de 2001](#), [10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), [10.865, de 30 de abril de 2004](#), [11.080, de 30 de dezembro de 2004](#), [11.442, de 5 de janeiro de 2007](#), [11.945, de 4 de junho de 2009](#), e [13.483, de 21 de setembro de 2017](#). [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.436, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências. [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do

	requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.421, DE 20 DE JULHO DE 2022</u> Altera as Leis nºs 492, de 30 de agosto de 1937, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 13.986, de 7 de abril de 2020, e os Decretos-Lei nºs 3.365, de 21 de junho de 1941, e 167, de 14 de fevereiro de 1967. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.386, DE 27 DE JUNHO DE 2022</u> Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022</u> Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.374, DE 21 DE JUNHO DE 2022</u> Altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para definir condições para a apuração do valor a recolher da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pelas centrais petroquímicas e indústrias químicas, e a Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. Mensagem de veto
Atos do Senado Federal (SF)	<u>ATO CONVOCATÓRIO</u> O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, nos termos do inciso I, in fine, do § 6º do art. 57, combinado com o art. 82 da Constituição Federal, faz saber que o Congresso Nacional está convocado para sessão solene destinada a receber o compromisso e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, eleitos em 30 de outubro do corrente ano, a realizar-se no dia 1º de janeiro de 2023, às quinze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. Senado Federal, em 16 de dezembro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente do Senado Federal

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 129, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre procedimentos administrativos para a criação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra de projetos de assentamento e de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados. SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO <u>PORTARIA SAF/MAPA Nº 293, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera as Resoluções SFB nº 4, de 2 de dezembro de 2011; nº 16, de 10 de julho de 2012; nº 25, de 2 de abril de 2014; e nº 38, de 5 de outubro de 2017; e nº 11, de 19 de dezembro de 2019, e dá outras providências.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MC Nº 843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre procedimentos da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) para atendimento a povos e comunidades tradicionais. <u>PORTARIA MC Nº 839, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Institui o Programa Campeonatos Escolares Municipais - CEM e aprova sua Diretriz, no âmbito do Ministério da Cidadania.
Ministério do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa n. 41, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Pró-Cotista), e a Instrução Normativa n. 55, de 15 de dezembro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação, para o exercício de 2022. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022 (*)</u> Regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

	(*) Republicada por ter saído no DOU nº 238, de 20-12-2022, Seção 1, págs. 33 a 37, com incorreção no original. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa n. 2, de 21 de janeiro de 2021, que regulamenta o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, destinado ao atendimento de necessidades habitacionais e a garantir a segurança na posse de moradia de famílias de baixa renda.
Ministério da Economia	SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.121, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.119, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (*) Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. (*) Republicação parcial, por ter sido publicada no DOU de 8/12/2022, Seção 1, página 188, com inconsistências em relação ao original. SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO (SETO) <u>PORTARIA SETO/ME Nº 11.033, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 4.638.701.078,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 11.032, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Previdência, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 888.231.433,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 11.031, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R\$ 2.745.327.616,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.995, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia, do Trabalho e Previdência, e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 49.489.119,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.992, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.085.015,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.986, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.015.929.332,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.982, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Economia, das Relações Exteriores, da Saúde, e da Defesa, na Controladoria-Geral da União, e na Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 114.527.919,00.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.976, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia; da Educação; de Minas e Energia; da Infraestrutura; da Defesa; do Desenvolvimento Regional; e do Turismo, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 402.817.489,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.923, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R\$ 234.731.692,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.839, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Banco Central do Brasil, crédito suplementar no valor de R\$ 59.412.022,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.797, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, no valor de R\$ 4.596.447,00.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.792, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Defesa; do Turismo; da Cidadania; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 73.897.893,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.788, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Economia; da Educação; da Infraestrutura; do Trabalho e Previdência; e das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 3.406.685,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 10.802, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a

	Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 2.489.918.322,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.799, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Previdência, e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 4.799.755.152,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.801, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 142.869.717,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO /ME Nº 10.699, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 434.997.777,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.698, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 8.216.305.182,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
Ministério da Infraestrutura	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o Programa Rodoviário BR Verde.
Ministério do Meio Ambiente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece os requisitos técnicos e de homologação, e as especificações e critérios de verificação e certificação do Sistema de Diagnóstico a Bordo OBDM1, aplicados aos veículos da categoria L dos ciclomotores, motocicletas e veículos similares homologados na fase M5 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Motocicletas e Veículos similares - PROMOT, em conformidade com a Resolução Conama nº 493, de 24 de junho de 2019. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre as exigências e os procedimentos relacionados ao controle de importação de Hidroclorofluorcarbonos - HCFC e misturas contendo HCFC, bem como estabelece os seus respectivos limites

	anuais máximos de importação em toneladas PDO (potencial de destruição de ozônio), em atendimento à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal sobre substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, ao artigo 4B do Decreto n.º 5.280, de 22 de novembro de 2004 e ao Programa Brasileiro de Eliminação de HCFC instituído pela Portaria MMA n.º 212, de 26 de junho de 2012. <u>PORTARIA Nº 159, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Submete a Consulta Pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa para estabelecer procedimentos para fins de reparação por danos ambientais em processos administrativos no âmbito do Ibama, em decorrência de infrações, sanções administrativas ao meio ambiente, descumprimento de licenças e autorizações ambientais. <u>PORTARIA Nº 150, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Aprova o Planejamento Estratégico da Diretoria de Proteção Ambiental para o período de 2023 a 2027
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.051, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, e altera as: Resolução Normativa Aneel nº 957, de 7 de dezembro de 2021, e Resolução Normativa Aneel nº 1.009, de 22 de março de 2022. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANP Nº 11, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece diretrizes para avaliação dos novos Planos de Desenvolvimento entregues à ANP visando a prorrogação contratual da fase de produção.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA <u>RESOLUÇÃO Nº 67, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece diretrizes e parâmetros para a regulamentação do Art. 35 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de toda entidade de longa permanência, ou casa-lar, com a pessoa idosa abrigada, substituindo a Resolução CNDI nº 33/2017.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.407, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Portaria GM/MS nº 3.352, de 2 dezembro de 2021, metodologia de priorização de municípios e de dimensionamento de vagas e define a relação dos municípios elegíveis e o quantitativo máximo de vagas no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.339, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017,

	para dispor sobre o Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde - Programa EpiSUS. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 569, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, altera a Resolução Normativa ANS nº 515, de 29 de abril de 2022 e revoga a Resolução Normativa ANS nº 526 de 29 de abril de 2022, e a Resolução Normativa ANS nº 514 de 29 de abril de 2022.
Ministério do Trabalho e Previdência	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA GMTP/MTP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa nº 02, de 8 de novembro de 2021, para disciplinar as análises de acidentes do trabalho realizadas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho. (Processo nº 19966.117363/2022-17). <u>PORTARIA MTP Nº 4.101, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Aprova a redação da Norma Regulamentadora nº 38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. (Processo nº 19966.100874/2021-19). INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA PRES/INSS Nº 1.538, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece diretrizes e orientações para celebração de Acordos de Cooperação Técnica do INSS Digital.
Ministério do Turismo	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 58, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual no âmbito do Ministério do Turismo.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
24/12/2022	<u>DECRETO Nº 67.394, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o <u>Decreto nº 66.470, de 1º de fevereiro de 2022</u>, que disciplina as condições para a concessão do direito à isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA à pessoa portadora de transtorno do espectro do autismo ou com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental, enquanto não estiver regulamentada a avaliação biopsicossocial

21/12/2022	<u>DECRETO Nº 67.383, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. <u>DECRETO Nº 67.382, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. <u>DECRETO Nº 67.381, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2023 e o percentual de desconto para pagamento integral e parcelado.
20/12/2022	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.382, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <u>LEI Nº 17.612, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o Subsistema Ferroviário do Estado de São Paulo – SFE/SP, a organização do transporte ferroviário de cargas e de passageiros, o uso da infraestrutura ferroviária e os tipos de outorga para a exploração indireta de ferrovias no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências <u>DECRETO Nº 67.380, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Fixa a distribuição do efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo. <u>DECRETO Nº 67.376, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais nos dias que especifica e dá providências correlatas.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico (SDE)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS Nº 3473, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o Artigo 6º da Portaria CEETEPS-GDS nº 3433, de 03 de novembro de 2022, que estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo Vestibular, do 1º Semestre de 2023, para ingresso nos cursos de graduação (presencial e a distância) das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e dispõe sobre assuntos correlatos.

Desenvolvimento Regional (SDR)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 4/2022, DE 21-12-2022</u> Aprova alterações parciais em certificados, projetos e/ou fichas técnicas, prorrogações de prazos e/ou adequações de recursos, posteriores à 29º RECOF
Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 99, DE 20-12-2022</u> Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados – BR, instituída pela <u>Lei Complementar nº 1.078, de 17.12.2008</u> , referente ao exercício de 2021.
Fazenda e Planejamento (SFP)	SUPLEMENTO - FAZENDA (IPVA) SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da <u>Lei 13.296/08</u> . GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>COMUNICADO Nº 05, DE 22-12-2022</u> A Secretaria da Fazenda e Planejamento comunica que o repasse aos Municípios de parcela da compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (...) <u>COMUNICADO SRE Nº 13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (...) AGENDA TRIBUTÁRIA PAULISTA Nº 401 MÊS DE JANEIRO DE 2023 <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 656, D 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 655, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no <u>Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03</u> e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações. <u>RESOLUÇÃO SFP- 80, DE 19-12-2022</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de novembro de 2021 a outubro de 2022. COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) – Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento <u>COMUNICADO DICAR-94, DE 19-12-2022</u> Divulga Tabela Prática para Atualização de Débitos, exceto os relativos a ICMS e IPVA, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023

	<u>COMUNICADO DICAR-93, DE 19-12-2022</u> Divulga Tabela Prática para Atualização dos Débitos Fiscais relativos ao IPVA, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 <u>COMUNICADO DICAR-92, DE 19-12-2022</u> Divulga Tabela Prática para Atualização dos Débitos Fiscais relativos ao ICMS, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 <u>COMUNICADO DICAR-91, DE 19-12-2022</u> Divulga o valor mínimo para emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 <u>COMUNICADO DICAR-90, DE 19-12-2022</u> Divulga o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>COMUNICADO SRE Nº 14, DE 22-12-2022</u> Divulga os valores em reais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos e da Taxa de Defesa Agropecuária para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL → Coordenadoria da Administração Financeira <u>COMUNICADO CAF-G Nº 00018, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de novembro de 2022.
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.369, DE 22-12-2022</u> Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gas Brasileiro Distribuidora S/A.– GBD. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.368, DE 22-12-2022</u> Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.367, DE 22-12-2022</u> Dispõe sobre a atualização das tabelas tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a ser aplicada no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul S.A. – Naturgy
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA Nº 117, DE 23 DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece novos procedimentos operacionais e parâmetros de

	avaliação da Certificação, no âmbito do Programa Município VerdeAzul – PMVA. <u>RESOLUÇÃO SIMA Nº 112, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Resolução SIMA nº 145, de 22 de dezembro de 2021 que estabeleceu procedimento para análise do processo de licenciamento da atividade de preparo de combustível derivado de resíduos perigosos para coprocessamento em fornos de clínquer.
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 173, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Alta Complexidade Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS- 170, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, de financiamento dos medicamentos que não foram entregues por meio do Programa Dose Certa no 4º trimestre/2022 e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS-171, DE 22-12-2022</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Alta Complexidade Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 172, DE 22-12-2022</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG Nº 231, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Regulamenta as compensações adquiridas em razão de acumulação das atribuições de cargo de Defensor/a Público/a até 31/12/2021 no âmbito da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências. <u>ATO NORMATIVO DPG Nº 180, DE 22 DE JULHO DE 2020 (CONSOLIDADO)</u> Dispõe sobre medidas temporárias destinadas à progressiva retomada do trabalho presencial e do atendimento presencial ao público nas Unidades da Defensoria Pública

Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/12/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 677, DE 2022</u> Dispõe sobre a criação de programa de atendimento psicológico de vítimas, agressores e da família em ciclos de violência doméstica DOE, Legislativo, 22/12/2022, p. 3
21/12/2022	DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2540, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 193/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2539, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 183/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2538, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 182/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2537, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 181/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2536, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 180/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2535, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 172/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2534, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Manifesta concordância com as alterações do Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, que aprova o Regulamento do Imposto

	sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - RICMS, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 21/12/2022, p. 1
20/12/2022	PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 193/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 183/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 182/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 181/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 180/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2022</u> Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 172/22, ratificado pelo Decreto nº 67.346, de 14 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2022</u> Manifesta concordância com as alterações do Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, que aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - RICMS, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 20/12/2022, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

24/12/2022	<u>LEI Nº 17.864, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (PROJETO DE LEI Nº 670/22, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Prorroga até 31 de março de 2023 o prazo previsto no parágrafo único do art. 4º da <u>Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014</u>(*); prorroga até 31 de dezembro de 2023 o prazo para providências preconizadas no art. 108 da <u>Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020</u>(**), e dá outras providências. (*) <i>Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.</i> (**) <i>Dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, na forma que especifica, incluindo a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções admitidas, bem como a criação de empregos públicos.</i> <u>DECRETO Nº 62.083, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Confere nova redação ao artigo 4º do <u>Decreto nº 61.016, de 18 de janeiro de 2022</u>, que estende, em caráter excepcional e temporário, a isenção de rodízio aos veículos de médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem residentes nos municípios integrantes da Região Metropolitana de São Paulo.
22/12/2022	<u>LEI Nº 17.861, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (PROJETO DE LEI Nº 408/22, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Altera a <u>Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017</u>, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD.
21/12/2022	<u>DECRETO Nº 62.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre medidas administrativas para as aprovações edilícias relacionadas com a <u>Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021</u>, que disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização; bem como estabelece providências correlatas.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido

sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-d89d57b7f41d>